

PARECER DA CONTROLADORIA GERAL SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO

PARECER CI/Nº001/2015

ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO 2014

Em cumprimento as atribuições indicadas na Lei Complementar Municipal nº 030/2003 e Decreto nº 061/2004, a Coordenadoria de Controle Interno do Município de Água Doce, com base nos resultados apurados em Balanço, emite o presente parecer sobre as contas anuais do Prefeito relativamente ao exercício de 2014.

DA AUDITORIA

A Coordenadoria de Controle Interno no exercício de 2014, dispôs através da IN CI nº 001/2014, o Plano Anual de Auditoria Interna do Sistema de Controle Interno do Município, onde foi estabelecido que no setor de almoxarifado das Secretarias Municipais de: Agricultura, Indústria Comércio e Urbanismo, e Transportes e Obras os procedimentos de auditoria iriam iniciar no período de setembro de 2014 e finalizar em dezembro de 2014.

As atividades foram iniciadas no período estabelecido, mas não concluídas. Foram interrompidas devido a um acidente da Controladora Interna, que ficou impossibilitada de dar continuidade ao que foi programado.

Por este motivo, foi decidido que após recuperação e retorno da servidora em março de 2015, a continuidade das atividades de auditoria serão reiniciadas e concluídas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No exercício de 2014 a Unidade Gestora Prefeitura realizou uma arrecadação de R\$ 20.797.790,87.

As atividades desenvolvidas com estes recursos podem ser resumidas através do Demonstrativo Gerencial dos Resultados Obtidos e Respective Custos, demonstrados neste parecer.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) UNIDADE GESTORA PREFEITURA

O resultado da execução orçamentária da Unidade Gestora Prefeitura em 2014, considerando as transferências financeiras aos Fundos Municipais e Câmara de Vereadores no valor de R\$ 3.861.959,65, foi satisfatória já que apresentou um déficit no valor de R\$ (-) 530.677,31, equivalente a (-) 2,55% da receita realizada que somou R\$ 20.797.790,87, somado aí o valor de R\$ 243.463,37, referente à devolução de transferências da Câmara Municipal.

b) UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O resultado da execução orçamentária da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde em 2014, considerando as transferências financeiras recebidas da Prefeitura no valor de R\$ 2.979.544,65, pode ser considerado bom, pois apresentou um superávit de R\$ 158.451,82 e equivalente a 3,20% da receita realizada que somou R\$ 4.951.603,83.

b) UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O resultado da execução orçamentária da Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social em 2014, considerando as transferências financeiras recebidas da Prefeitura no valor de R\$ 139.903,36, pode ser considerado bom, pois apresentou um superávit de R\$ 22.817,82, equivalente a 9,61% da receita realizada que somou R\$ 237.403,36.

b) UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

O resultado da execução orçamentária da Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência em 2014 pode ser considerado bom, pois apresentou um superávit de R\$ 213.808,75, equivalente a 47,75% da receita realizada que somou R\$ 447.766,77.

O Fundo Municipal de Assistência vive um processo de acumulação de recursos no valor de R\$ 1.750.024,18, recursos estes para bancar os serviços de assistência médica dos servidores, cumprindo assim, os objetivos para o qual foi criado.

A Unidade Gestora Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência apresentam um resultado orçamentário compatível com a exigência contida no artigo 48, "b" da Lei 4.320/64 e com um dos princípios básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal: Equilíbrio das contas públicas.

ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício de 2014 a Unidade Gestora Prefeitura realizou abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 852.136,23, sendo R\$ 60.530,51 por conta de recursos oriundos do Superávit Financeiro do exercício anterior, R\$ 268.661,02 por conta de excesso de arrecadação, R\$ 522.944,70 por conta de anulação nas dotações.

Os créditos especiais foram abertos mediante autorização em lei específica e os créditos suplementares foram abertos com base em autorização constante da Lei Orçamentária Anual.

Na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde realizou abertura de créditos adicionais suplementares que somaram R\$ 74.765,36, sendo R\$ 22.878,43, por conta de recursos oriundos do Superávit Financeiro do exercício anterior, R\$ 21.294,80, por conta de excesso de arrecadação, R\$ 30.592,13.

No exercício 2014, a Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social realizou abertura de créditos adicionais suplementares no valor R\$ 19.015,04, sendo R\$ 3.540,00 por conta de recursos oriundos de excesso de arrecadação, R\$ 15.475,04 por conta de anulação e transferência de dotações.

Na Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência, não ocorreu abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais no exercício de 2014.

Os créditos adicionais foram abertos com observância à vinculação dos recursos e ao princípio constitucional da legalidade.

RESULTADOS FINANCEIRO E PATRIMONIAL

a) Da Unidade Gestora Prefeitura

O resultado financeiro do exercício de 2014 foi superavitário em R\$ 1.493.982,22 e equivalente a 7,18% da receita realizada que somou R\$ 20.797.790,87 conforme apurado nos Balanços Patrimonial e Orçamentário. É importante registrar que o caixa foi suficiente em todas as fontes de recursos, conforme exige os artigos 8º, 42 e 50 I da Lei Complementar nº 101/2000.

O resultado patrimonial do exercício de 2014 foi superavitário em R\$ 1.080.022,23 conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, elevando o Ativo Real Líquido para R\$ 29.709.109,03 conforme apurado no Balanço Patrimonial.

O Ativo Permanente acumula valores de bens móveis, imóveis e créditos equivalentes a R\$ 28.999.083,33 enquanto o Passivo Permanente constituído de débitos consolidados e da dívida fundada interna soma R\$ 783.956,52, proporcionando um superávit de R\$ 28.215.126,81 conforme Balanço Patrimonial.

b) Da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde

O resultado financeiro do exercício de 2014 foi bom, pois, apresentou um superávit de R\$ 953.235,95, equivalente a 19,25% da receita realizada que somou R\$ 4.951.603,83, conforme Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial do exercício de 2014 foi superavitário em R\$ 647.670,28 conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, elevando o Ativo Real Líquido para R\$ 2.761.207,04 conforme Balanço Patrimonial.

c) Da Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social

O resultado financeiro do exercício de 2014 foi bom, pois, apresentou um superávit de R\$ 127.916,18 e equivalente a 53,88% da receita realizada que somou R\$ 237.403,36 conforme Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial do exercício de 2014 foi superavitário em R\$ 52.470,22 conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, elevando o Ativo Real Líquido para R\$ 628.941,21 conforme Balanço Patrimonial.

d) Da Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência

O resultado financeiro do exercício de 2014 foi muito bom, pois, apresentou um superávit de R\$ 1.750.024,18 e equivalente a 390,83% da receita realizada que somou R\$ 447.766,77 conforme Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial do exercício de 2014 foi superavitário em R\$ 223.027,95 conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, elevando o Ativo Real Líquido para R\$ 1.774.357,01 conforme Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro superavitário das Unidades Gestoras: Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência, inclusive em cada uma das fontes de recursos, evidencia o cumprimento do princípio do equilíbrio de caixa exigido pelo artigo 48, "b" da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, combinado com os artigos 8º, 9º, 42 e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA

Apesar das cobranças efetuadas, o estoque da dívida ativa na Unidade Gestora Prefeitura vem crescendo em alguns tipos de tributos e diminuindo em outros, conforme Quadro Demonstrativo abaixo, fato este devido às cobranças e execuções se constituírem em processos morosos.

Tipo	Até 2010	Até 2011	Até 2012	Até 2013	Até 2014	Total
IPTU	7.840,01	24.537,16	26.083,34	48.044,85	41.474,57	147.979,93
ISSQN	1.490,41	1.829,93	531,14	1.058,90	9.774,38	14.684,76
TAXAS	3.499,88	5.605,59	5.920,34	15.983,43	19.262,80	50.272,04
CMEL	-	4.900,73	3.929,05	-	491,75	9.321,53
RECD	69,05	30.134,40	3.560,90	27.219,82	8.973,57	69.957,74
Total	12.899,35	67.007,81	40.024,77	92.307,00	79.977,07	292.216,00

Obs. Valor principal sem os encargos moratórios devidos até 31/12/2014

Entretanto, a Prefeitura vem adotando medidas administrativas e judiciais cabíveis, de forma a impedir a prescrição dos créditos fiscais. As cobranças administrativas são feitas pelo menos uma vez no exercício. No entanto, no exercício de 2014, o Departamento de Tributação não adotou a elaboração do Demonstrativo de Medidas de Combate à Evasão e a Sonegação Fiscal, disposto na IN 02/2001.

As demais unidades gestoras não possuem créditos fiscais.

RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

GASTOS MÍNIMOS EM SAÚDE E ENSINO

No exercício de 2014, de acordo com as regras constitucionais estabelecidas o Município deveria aplicar pelo menos 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde.

Conforme Demonstrativo de Gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde o Município aplicou no exercício R\$ 2.856.897,90 o que equivale a 16,55% das receitas produto de impostos que somou R\$ 17.255.603,81 atendendo, portanto, o mandamento constitucional.

De acordo com o Demonstrativo do Controle dos Gastos em Ensino, o Município aplicou no exercício, R\$ 5.480.588,22 em manutenção e desenvolvimento do ensino o que equivale a 31,34% do total das receitas

resultantes de impostos (R\$ 17.506.377,37), sendo que daquele total, R\$ 2.887.121,10, refere-se ao repasse do Fundeb.

Ainda de acordo com o mesmo Demonstrativo, o Município aplicou R\$ 2.669.711,96 na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, o que equivale a 93,04% dos recursos recebidos do FUNDEB e que totalizou, R\$ 2.887.121,10.

Portanto, os dados registram que o Município cumpriu o mandamento constitucional de gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e ensino.

GASTOS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO

A) Gastos com Pessoal

Os gastos consolidados com pessoal somaram no exercício de 2014 R\$ 11.113.840,88, equivalente a 51,93% da receita corrente líquida que somou R\$ 21.402.160,22, portanto, acima do limite prudencial de 51,30% , no entanto abaixo do limite máximo de 54% definido pela Lei da Responsabilidade Fiscal.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo somaram R\$ 453.484,13, equivalente a 2,12% da receita corrente líquida (R\$ 21.402.160,22), portanto, abaixo do limite global de 6% estabelecido pela LRF.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo somaram R\$ 10.660.356,75, equivalente a 49,81% da receita corrente líquida (R\$ 21.402.160,22), portanto, abaixo do limite prudencial de 54% estabelecido na LRF.

A remuneração mensal individual de cada vereador em 2014 foi de R\$ 1.863,61 equivalente a 9,30% da remuneração mensal paga ao Deputado Estadual (20.042,35) portanto abaixo do limite constitucional de 20%.

A folha de pagamento do Poder Legislativo no exercício de 2014, foi da ordem de R\$ 379.190,08 e equivalente à 48,31% da sua receita, R\$ 784.915,00, portanto abaixo do limite constitucional de 70%.

B) Endividamento

Conforme apurado nos Relatórios da LRF e Demonstrativo do Balanço Geral, a dívida consolidada do Município soma R\$ 5.510.891,52 e equivale a 25,75% das receitas correntes líquidas (21.402.160,22), portanto, abaixo do limite de 120% definido pela Resolução do Senado Federal.

ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo Municipal no desempenho das suas funções de legislar, fiscalizar e julgar consumiu R\$ 542.706,14 do orçamento da despesa, devolveu através de transferência financeira para Unidade Gestora Prefeitura R\$ 243.463,37, realizou 43 sessões ordinárias, 03 sessões extraordinárias, 02 sessões solene, discutiu e votou 73 Projetos de Leis do Executivo, editou 10 Resoluções e votou 62 indicações ao Executivo, 06 pedidos de informações, 05 decretos Legislativos, 01 emenda, 46 moções, 147 pareceres, 06 portarias, 03 indicações para mesa diretora, 02 Leis Promulgadas pelo Legislativo, e 09 Projetos de Lei Complementar.

CONCLUSÃO

Considerando, que as metas físicas e financeiras na execução das ações financiadas com recursos ordinários podem ser entendidas como satisfatórias;

Considerando, o resultado financeiro superavitário em atendimento ao princípio do equilíbrio de caixa inclusive por fonte de recursos;

Considerando, as medidas administrativas efetivas adotadas para cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

Considerando, o cumprimento dos gastos mínimos com saúde e ensino;

Considerando, a observância da Gestão Fiscal (Despesa total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo) acima do limite prudencial fixado no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000; onde excedeu 0,63% do limite prudencial – 51,30%;

Considerando a observância ao limite de endividamento;

Considerando a observância aos limites e condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, o cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial; e

Considerando, que a abertura de créditos adicionais atendeu ao princípio da legalidade; a **CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE CONCLUI POR RECONHECER COMO ADEQUADA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 EXPRESSAS NO BALANÇO GERAL, E SEGURO OS CONTROLES INTERNOS PRATICADOS COM VISTAS A PREVENIR ERROS, FALHAS, ILEGALIDADES, FRAUDES E DESPÉRDÍCIOS.**

Água Doce, 03 de fevereiro de 2015.

Vera Lúcia Darós Balestrin
Controladora Geral

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das conclusões do Parecer emitido pela Controladoria Geral do Município sobre as contas do exercício de 2014.

Água Doce(SC) ____/____/____

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito Municipal em Exercício

